



# Anais da Assembléia

Nº 165

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1975.

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATIVA  
ATA DA 245ª SESSÃO ORDINÁRIA  
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)  
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1975.  
(Quinta-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Thomazoni, e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Enéas Faria, ERnesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, David Federmann, e Deni Schwartz e Edilson Alencar (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Domício Scaramella, Egon Pudell e Luiz Alberto de Oliveira (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

**MENSAGEM 151/75** Curitiba, 4 de dezembro de 1975.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 19 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

**MENSAGEM 152/75**

Curitiba, 4 de dezembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 18 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando a execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja registrado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor João Ricardo Von Borell Du Vernay, ocorrido na cidade de Curitiba, ontem, onde se encontrava hospitalizado.

Foi acontecimento que repercutiu dolorosamente para toda a população princesina, pois o Professor Borell, como era chamado, era pessoa de grande relacionamento pessoal dentro dos meios sociais educacionais e esportivos, prestando grandes e relevantes serviços à comunidade dos Campos Gerais, destacando-se em vários setores de atividades, contribuindo para a cultura do nosso Estado.

Seu passamento encheu de tristezas uma cidade que aprendeu a admirá-lo.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, se dê conhecimento do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do prestante Senhor Baltazar Elbl Filho, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

O Senhor Baltazar Elbl Filho, era pessoa altamente relacionada dentro da comunidade princesina, deixando com seu passamento uma lacuna para a família e para todos quanto o conheciam.

Requer, que após a aprovação deste, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão um voto de regozijo pela passagem no 23º aniversário de instalação do município de Alvorada do Sul.

Alvorada do Sul foi fundada pela Companhia Lima, Nogueira, Comércio e Exportação, tendo a 14 de novembro de 1951, de acordo com a Lei Estadual nº 790, sido elevada à categoria de município, sendo desmembrado do município de Porecatu e instalado oficialmente em 14 de dezembro de 1952.

Nessa data pois, Alvorada do Sul, vê transcorrer o 23º aniversário de sua instalação, razão pela qual solicitamos o beneplácito do plenário desta Casa, para a inserção do voto de regozijo requerido.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o plenário, a inserção em ata da sessão de hoje, de voto de aplausos ao Ministro Dirceu Araujo Nogueira, dos Transportes, e Sr. Stanley Batista Fortes, presidente da Rede Ferroviária Federal, pela criação da Superintendência da RFFSA, com sede em Curitiba.

Desnecessário se torna justificar o presente requerimento. Como sabem os Senhores Deputados, a criação da Superintendência da RFFSA, em nossa Capital, é uma antiga e justa reivindicação do povo paranaense.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1975.

a) FABIANO BRAGA CORTES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na Forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Ministro da Agricultura e Secretário, para que estudem de imediato, a instalação de um armazém da CIBRAZEM, na sede da Comarca de Iporã.

O objetivo do presente pedido é beneficiar o povo Iporãense e Região, o qual contarei com o apoio e aprovação desta Colenda Casa.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer um voto de louvor ao DD. Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Theodócio Jorge Aherino, pelo trabalho e dedicação, que nesta cata entrega a coletividade brasileira, mais 175 médicos, com seus pergaminhos já registrados, fato este que dá a primasia neste ano de 1975.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

#### PROJETO DE LEI:

#### PROJETO DE LEI Nº 188/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Funcionários do DER, Ltda. com a sigla CODER, de Curitiba - PR.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente plano de Lei, seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente serviços relevantes à coletividade, conforme estatutos anexos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, primeiro orador inscrito no Grande Expediente. — (Pausa).

Não se encontrando presente no plenário, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, também ausente. Nestas condições deixo livre a palavra a qualquer deputado que queira fazer uso da mesma. (Pausa).

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retrospectando publicidade dada pelo "Diário Popular" no dia 4 de mês corrente, quando S. Exa. o Sr. Governador do Estado diz que "lugar de ladrão é na cadeia", na oportunidade em que se refere muito acentuadamente aos comerciantes do Paraná, vimos a esta tribuna não para advogar a defesa desta classe laboriosa, mas para contestar a falta, até de decência do Exmo. Sr. Governador, quando parece querer tachar os comerciantes, classe a que tenho a honra de pertencer, e que é o verdadeiro propulsor da economia de um Estado, e, consequentemente de uma Nação, é ele o agente arrecadador mais perfeito desta economia e nenhum Governo da atividade comercial deve ou pode desconhecer, e jamais deve desconhecer que se não fosse o exercício da atividade comercial, naturalmente não existiriam os recursos necessários para que o Estado se mantivesse de pé, para que tivesse o Estado condições de subsistir, progredir, com condições necessárias de desenvolvimento a todas as classes laboriosas de uma Nação.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Foi infeliz, S. Exa. o Governador do Estado, a oportunidade em que usou pejorativo tachando os comerciantes de meu Paraná, quase que de um modo genérico de ladrões, e configurando que eles deveriam estar na cadeia.

Quero retrospectar aqui um fato de recente ocorrido na minha cidade, com um só comerciante, porque se formos fazer uma pesquisa deste fato encontraremos centenas, milhares de comerciantes e contribuintes deste Estado que são vítimas desta extorsão partida do Governo, na constância de todos os dias, na arrecadação estadual.

Ocorreu com Dna. Isaura Barbosa da Silva, com residência na Rua José de Alencar, 315, que deixou este comércio há dois anos, requerendo sua baixa. Agora veio a ser autuada a pagar Cr\$ 40,00 de ICM que deixou de ser recolhida naquela oportunidade, naturalmente por imperícia de seu contador. Mas quando foi chamada a pagar ao Estado os Cr\$ 40,00 a dívida arbitrada já constava do Executivo fiscal e dona Isaura Aureliano Barbosa da Silva teve que recolher Cr\$ 647,00. Cr\$ 400,00 de multa, honorário de advogado e custas de cartório.

Se quiséssemos devolver ao Governador o palavrão que atirou à classe laboriosa dos comerciantes deste Estado, o faríamos simplesmente com esta justificativa. Se roubo houve e tem havido, tem partido da falta de justiça da tributação imposta pelo organismo tributativo de impostos deste Estado.

Sentimos e lamentamos que o Governo não se sensibilize com as classes laboriosas de seu Estado. Lamentamos que ele não respeite, que não dedique a esta classe o respeito que ela merece.

E deixamos aqui, nesta oportunidade, quando não havia nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, o nosso protesto veemente contra a expressão do Sr. Governador do Estado que procurou tachar de ladrões, os comerciantes do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Eminente Depudado Lúcio Machado, queremos de V. Exa. que quer impingir a pecha ao Sr. Governador, de um modo genérico. S. Exa. está procurando aplicar o dinheiro do povo honesta e justamente em benefício do povo. Quando tacha de ladrão, tacha os sonegadores de impostos, como foi provado, com elementos e vias que têm dado evasão a rendas do Paraná, com prejuízo ao seu Paraná, ao meu Paraná dos paranaenses e dos brasileiros. V. Exa. sabe, pela imprensa, que há poucos dias foi constatado desvio, sonegação de impostos, num total idêntico ao que arrecada o Paraná.

Foi constatado o desvio de um milhão e 500 mil sacas de feijão preto para o Paraguai, contrabandeado por comerciantes que roubam e sonegam, tirando, muitas vezes, um leito de Hospital que poderia ser ocupado por um indigente que anda doente pelas ruas.

Não podemos tolerar quando V. Exa. ataca injustamente um Governador que vem, a mãos limpas, aplicando o dinheiro do povo, procurando fazer o corretivo para pagar nossos subsídios, para pagar os leitos de Hospital, enfim, para pagar o que o Paraná tem que pagar.

Quero pedir a V. Exa., agradecendo este aparte, que ponha a mão na consciência, faça uma análise, justa e honesta de ser o melhor Governador que o Paraná já teve.

Este Governador que em maio, se Deus quiser, há de inaugurar a minha estrada, a sua estrada, o meu Santo Antonio, o seu Santo Antonio, o meu Paraná, o seu Paraná.

E sem os recursos advindos do imposto, como poderá o Governo do Estado aplicar esse dinheiro.

V. Exa. disse muito bem, "os meus maus Comerciantes". Comerciantes ladrões, corruptos e sonegadores, porque como V. Exa. é um comerciante honesto, nós também o somos. Não há regra sem exceção. A maioria dos comerciantes do Paraná, são honestos, ordeiros, trabalhadores e cumpridores de seus deveres. Nós, nobre Deputado, não podemos nem temos autoridade de condenar ninguém. Mas também não podemos, absolutamente, defender os comerciantes sonegadores de impostos. Pedia, portanto, que V. Exa. refletisse um pouco, e dissesse ao povo do Paraná que o Governo age bem querendo botar na cadeia os comerciantes sonegadores...

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado nenhum favor o governo faz ao povo, ele apenas, dá uma demonstração da sua capacidade, do seu respeito pelo dinheiro público, porque nós entendemos e por isso é que nós fiscalizamos o Executivo, nós entendemos que é função do Governo, aplicar o dinheiro do povo com justiça, com respeito e com dedicação.

S. Exa. teria razão se dissesse que o Sr. Governador do Estado, veio a público dizer que mandou trancafiar na cadeia os sonegadores de impostos, que atravessando as divisas do nosso Estado, levando as encomendas e as economias de nosso povo, de nossa comunidade estadual, através de sonegação de impostos. S. Exa. o Governador, como pode ver V. Exa., nobre Deputado Gabriel Manoel, generalizou, na sua denúncia, os comerciantes.

Dizendo que os comerciantes do Paraná são ladrões, e devem ser trancafiados na cadeia.

Foi infeliz S. Exa. o Sr. Governador, em não analisar aquilo que nós gostaríamos que fosse realmente analisado com mais cautela.

O SR. PRESIDENTE — (Soando a campainha)

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queria, Sr. Presidente, que V. Exa. advertisse a nobre orador, eu não disse que os comerciantes do Paraná são ladrões, disse que nós temos apenas alguns comerciantes desonestos. Agora, se V. Exa. usa e abusa, em culpar os atos do Governo, é problema de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Não há questão de ordem a decidir.

A mesa anotará, para que fique registrado nos Anais.

O SR. LÚCIO MACHADO — Eu dizia, S. Exa. o Sr. Governador do Estado foi infeliz. E é por isso que nós viemos à tribuna do povo, para denunciar uma semana depois. Recebemos dezenas de telefonemas, de homens de nossa classe, de comerciantes que são honestos; de homens honrados, que não medem o dia de amanhã, o dia de trabalho, vão de madrugada, noite a dentro; de domingo a domingo, procurando pagar religiosamente o seu tributo, sejam eles tributos por qualquer área do governo, desde municipal até federal. É uma classe que merece o nosso respeito, é uma classe de labor constante; é uma classe que fiscaliza o dinheiro advindo dos tributos, para o município, para o estado e para a nação.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte

(Assentimento)

Nobre Deputado, neste aparte que V. Exa. me concedeu generosamente, só quero lhe fazer uma pergunta: o comerciante que pede ao vendedor, ao representante especial, como é o caso, que solicite à fábrica que emita nota com a metade do valor cobrado, como pode ser taxado?

Responda V. Exa. que é representante da classe.

O SR. LÚCIO MACHADO — Respondo a V. Exa. com muito prazer: o Governo tem que agir inteligentemente. Todos os alaridos feito pelo Governo quando pretende desmoralizar uma classe, é, sem dúvida alguma, plano demagógico, e cuja vinculação só pode denegrir, ou destruir sua personalidade.

S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, ao denunciar, através da Secretaria de Finanças que houve sonegação através de apreensão de notas fiscais; e que os sonegadores foram apanhados através do policiamento fiscal daquela Secretaria, devia iniciar um processo comum através dos Poderes da Justiça Civil, e dar aos sonegadores as punições previstas na Lei. Mas, nunca o Sr. Governador do Estado deveria atingir a classe honrada, como é a classe dos comerciantes.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado, estou sendo importunado solicitando outro aparte a V. Exa., mas devo dizer que não entendi o pronunciamento de V. Exa. porque o pronunciamento do Sr. Governador eu entendi bem. Se a barreta serviu para alguém, alguém deve calçá-la. O Paraná não pode parar, porque o Governo precisa arrecadar. O comerciante que é honesto não foi taxado de sonegador, porquanto o pronunciamento do Sr. Governador do Estado, muito bem posto, referiu-se àqueles que desviaram, do Paraná, uma quantia de um milhão e 500 mil cruzeiros. Se houve corrupção de funcionários foi porque os comerciantes corromperam.

Nobre Deputado, o Paraná precisa arrecadar para fazer estradas, escolas e tantas coisas que reclamamos, que o povo necessita.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. tem razão de entender assim porque V. Exa. tenha entendido como comerciante, ou representante comercial, como homem integrante desta laboriosa classe. V. Exa. está sentindo o que eu estou sentindo. Mas, a posição de V. Exa., a posição de pertencer ao Partido do Governo, tem que defender S. Exa. o Sr. Governador do Estado, em todas

as horas. Assim V. Exa. diz que entendeu, embora, talvez não tenha entendido.

Aceito a justificativa de V. Exa. e respeito a posição de V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, inicialmente devo dizer que, ninguém aqui, jurou defender o Sr. Governador do Estado. Nós todos juramos defender a Constituição do Paraná, A Constituição do Brasil. E S. Exa. o Sr. Governador também jurou defendê-las.

Mas, V. Exa., nobre Deputado, está, neste instante, cometendo uma injustiça sem precedentes ao que o Sr. Governador do Estado, pretendendo jogá-lo contra a classe industrial do Estado. V. Exa. como Deputado experiente, um homem maduro e não lhe fica bem esta pretensa incompatibilidade do Governador com a classe comercial do Estado do Paraná.

O Governador disse que lugar de ladrão é na cadeia a quando fez esta declaração, o Governador já tinha especificado o nome das cerealistas, dos comerciantes, dos motoristas, dos funcionários públicos, que há poucos dias, lesando o Tesouro e, portanto, roubando a economia do Paraná, desviando para o Paraguai, sem o pagamento de um tostão de impostos, dezenas e dezenas de caminhões de cereais desta nossa Terra, exaurindo a economia do Paraná. Verdadeiros contrbandistas, ladrões sem precedentes. E lugar de ladrão é na cadeia. Se ele é comerciante, ou funcionário público, cabe a V. Exa. e amim, sem cor de partido, se é do MDB ou da ARENA, identificarmos os corruptos e ladrões e ajudarmos o Governador do Estado a fazer justiça, para dar exemplo, para que outros não que outros não cometam essas barbaridades.

V. Exa. está fazendo desta tribuna um pronunciamento injusto, pretendendo jogar o Governador do Estado contra a classe do comércio do Paraná, que vem trabalhando em favor do desenvolvimento do Estado.

O Sr. Governador não generalizou, referiu-se em conjunto. Se V. Exa. está defendendo os corruptos, aí a história é outra. Mas se V. Exa. está defendendo os homens honestos, mais do que ninguém, nós e o Governador do Estado defendemos, porque esta é a obrigação dos brasileiros. Não é favor que se faz, é obrigação que temos, de defender, de dar justiça sadia e humana, para que eles, valendo-se dela, possam viver neste Estado como cidadãos livres no exercício de sua profissão.

Mas, vir desta tribuna, pretendendo justificar roubos na fiscalização, e atribuir ao Governo do Estado, o que o Governador não disse, é inconcebível. V. Exa. está completamente enganado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Líder do Governo, preclaro e inteligente Deputado Ivo Thomazoni. V. Exa. diz S. Exa. que o Governador não generalizou na sua afirmativa. Entretanto, o Sr. Governador se não generalizou, também não especificou como vem afirmar V. Exa. Vemos aqui no mesmo jornal, que diz, na mesma nota, que o Secretário Jayme Prosdócimo já montou um esquema que funcionará em colaboração com outros Estados e que contará, inclusive, com a colaboração direta de nossa Polícia, com a designação de Delegados especiais e escrivães, para que a ação policial seja imediatamente seguida da ação judicial. Quem rouba o Estado, quem falsificava notas, quem permitia essa falsificação, deve ir para a cadeia. S. Exa. o Sr. Governador foi infeliz em não fazer a especificação do fato que pretendeu denunciar. Porque, quando diz comerciante e depois completa com o adjetivo "ladrão", generaliza a classe que me honro pertencer e não permitirei jamais, de forma nenhuma, que o Governador do meu Estado, mesmo que não tivesse eu nesta oportunidade um mandato de representante do povo desta unidade federativa, generalize uma afirmação tão infame e improcedente contra a classe mais laboriosa do Paraná. O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Até fiquei satisfeito porque o Deputado Gabriel Manoel que disse este é o "Governador honesto" do Paraná. Já era hora do Paraná ter um Governador que prestasse, porque há 5 anos, vemos desfilar pelo Palácio, homens a ocupar o cargo, a esquentar um banco, e a não fazer nada. Satisfeito, porque a própria Arena reconhece que até agora os governadores impostos ao nosso povo não prestaram. Realmente, não prestaram mesmo. O Paraná, há 5 anos, vive sem governo. Se cresce e produz, é graças ao povo que trabalha.

Há poucos dias, Sr. Deputado, ocupei a tribuna alertando esta frase do Governador de que "lugar de ladrão é na cadeia". Fiquei até esperançoso e satisfeito pensando que agora alguma coisa fosse feita no Estado do Paraná. Mas, vejo com tristeza que o homem do comércio, a máquina de impulsiona o Estado, é o primeiro a ser perseguido e tachado indiscriminadamente de desonesto, quando o comerciante não suporta mais os impostos que lhe são impostos.

Agora é o comerciante taxado de desonesto, ledrão e corrupto quando a confissão está no próprio Governo.

O Governador disse que lugar de ladrão é na cadeia. Até gostei, até acreditei. Mas acontece que estes anteprojetos de Carteira de Identidade, roubando o povo do Paraná, se encontram como já disse e como já anunciei, em frente a Secretaria de Segurança Pública e ao lado da Secretaria de Justiça.

Sera que o Secretário de Segurança Pública que deveria se preocupar com a segurança popular não viu isso?

Parabéns a V. Exa., que hoje defende i o comerciante do Paraná, estes homens que vêm construindo este Estado e que o próprio Governo da Arena está tentando destruir a todo o instante. Parabéns nobre Deputado pelo seu pronunciamento.

O SR. LUCIO MACHADO — Muito Obrigado Deputado Jayme Carvalho. Gostaria de completar a sua denúncia com referência a falta de presença da Secretaria de Segurança Pública em nosso Estado e, acima de tudo, a falta de interesse da resolução do problema que assaca e economia do povo do Paraná.

Se não me engano, há menos de 15 dias, desta tribuna o deputado Nilso Sguarezi denunciava ao Paraná o enxurrilho de carteiras de motoristas chamadas carteiras frias, que eram jogadas aos quatro cantos do sudoeste e do oeste do Estado. Nenhuma providência fora tomada, nenhuma publicação se deu nos jornais de algum pronunciamento do Governador, ou da Secretaria de Segurança Pública, para coibir este episódio.

O jogo-do-bicho prolifera nas esquinas de Curitiba e até existem casas que se enriquecem na noite para o dia, atacando a economia já minguada do povo do Paraná, com a promessa de transformá-lo em rico, enquanto os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, pobres que também são iludidos através da loteria esportiva que, infamemente oferece a riqueza, minguando os parcos recursos do brasileiro. O triste quadro real está aí, é o nosso lavrador, descalço, paupérrimo, esfomeado, abandonado e descrente de qualquer tomada de posição dos governos; o comerciante, chamado de ladrão. É a desgraça social, caracterizada nos quatro cantos da Nação brasileira. E se resta a nós uma oportunidade, a oportunidade de denunciar, denunciemos, em todas as oportunidades. E aqui está a falta de percepção do Sr. Governador do Estado, a falta de responsabilidade do Chefe do Executivo do meu Paraná, para com uma classe que eu julgo uma das classes mais importantes e mais laboriosas de uma Nação, que, é a classe dos comerciantes, que é, acima de tudo, o grande fiscalizador do tributo, das economias do Governo.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a concessão do aparte, nobre Deputado Lucio Machado.

É lamentável V. Exa. dar uma interpretação completamente diferente, a esta nota que V. Exa. mesmo acaba de ler, da tribuna, quando o Governador fez referências aos corruptos e aos ladrões,

e, vejo uma nova interpretação, no aparte do eminente Deputado Jayme Rodrigues, quando disse que nestes 5 anos só passaram ladroes pelo Governo do Estado . . .

Nós somos testemunhas dos homens que passaram pelo Governo do Estado, Quem não conheceu Parigot de Souza, um homem exemplar e que relevantes serviços prestou ao nosso Estado? Sabemos como morreu, no exercício de suas funções; Nós sabemos de Emilio Gomes, cujo passado está Aí, e a sua passagem pelo Governo como um homem pobre e honesto; Nós sabemos de João Mansur, que esteve no Governo.

O Deputado Ivo Thomazoni, quando apartou V. Exa., ele disse que nós temos no Governo, um homem honesto e honrado agora, o eminente Deputado Jayme Rodrigues Carvalho tenta distorcer suas palavras, quando não foi isso que ele quis dizer, porque, nós sabemos e conhecemos os homens que passaram neste Governo, homens como Parigot de Souza, Emilio Gomes e João Mansur.

Mas, nobre Deputado, veja bem V. Exa., que de toda maneira procura incompatibilizar o Governo, quando enfoca, ao lado da Secretaria de Segurança ou em qualquer localidade dentro de Curitiba, que, a pessoa interessada, ao procurar tirar a fotografia para identidade, recebe a proposta desse encarregado da foto, em providenciar a documentação. Eles não são credenciados a nada disso, como qualquer de nós, poderemos propor e recolher a taxa no banco. O Governo não tem condições e não é culpa nem responsabilidade do governo, porque nós sabemos o regulamento, onde deve ser recolhida a taxa, conhecemos a tabela e é impossível ao governo saber quem vai tirar ou não a identidade.

Precisamos defender os interesses do Estado, combater a corrupção, mas não querer incompatibilizar o Governo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Lamentavelmente terei que analisar o seu aparte, analisando, de per si, o aparte do nobre Deputado Jayme Carvalho. V. Exa. citou alguns governadores e confirmou a dignidade destes governadores, mas o nobre Deputado Jayme Carvalho falou sobre governadores impostos e porque V. Exa. não citou Haroldo Leon Peres? Nós sabemos que a Oposição e V. Exa. sabe também, presta serviços de justiça na estrutura fiscalizativa do município, do Estado e da Nação, porque denuncia os fatos, prova os erros, ensina os caminhos que devem ser abertos para que se alcance o objetivo sacrossanto de justiça que o povo espera.

O Governador do Estado não foi por nós chamado de indigno e deshonrado, como quis afirmar V. Exa. e o nobre líder do Governo. O Sr. Governador foi infeliz em tachar a classe laboriosa dos comerciantes deste Paraná, dizendo que os comerciantes são ladrões e nós não viemos aqui simplesmente pela nossa vontade de vir, nós vimos porque recebemos dezenas de telefonemas e telegramas e até declarações pessoais de comerciantes que se sentiram sensibilizados, pela notícia generalizada que se deu. S. Exa., o Sr. Governador do Estado, que é inteligente, capaz e conhecemos sua capacidade intelectual, deveria ter sido mais ameno na sua expressão, não generalizando os fatos, deveria ter especificado as ocorrências dizendo quais os comerciantes desonestos, devia ter dado nome aos bois, para que não ferisse a honra dos mantenedores da economia do nosso Estado, que é a classe dos comerciantes do Paraná, e para que eles saibam quais os desonestos.

OSR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Inicialmente, queria pedir venia ao Deputado Vice-líder da ARENA, Deputado Gilberto Carvalho, porque ele, ao invés de se referir ao Deputado Jayme Carvalho, referiu-se a mim. Fica registrado, porque as notas taquígrafas registram bem o fato, que não me referi aos governadores, aos homens que ocuparam o governo nos últimos 5 anos no Estado. Nem mencionei o fato, não me cabia fazê-lo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Gostaria de fazer uma retificação, porque S. Exa. não quis dizer 5 mas 10 anos, porque os governos impostos já não digo vão para 11 anos. Ele falou sobre governadores impostos.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas não deve ser atribuída a mim a informação, mas ao Deputado Jayme Carvalho.

Com toda sinceridade, nobre Deputado, não entendo V. Exa. Por mais que me esforce, por mais que eu pretenda analisar o discurso de V. Exa. não consigo analisar o que V. Exa. deseja, a não ser exatamente significar que V. Exa. pretende incompatibilizar o Governador com os comerciantes do Paraná, porque eu tenho em mãos a fala governamental e veja o que diz o Governador, falando sobre a pretendida fiscalização do Tribunal de Contas às Sociedades de Economia Mista. (Lê): "Não tenho qualquer restrição à medida determinada pelo Tribunal de Contas do Estado".

Adiante, falando do sonegador de impostos, diz: "Vamos lançar, na próxima segunda-feira, uma campanha diferente, com equipamento pessoal e polícia, em cima dos sonegadores. A taxa de sonegação no Paraná está acima de tolerável. Claro que não podemos exterminar a sonegação, pois é impossível. Mas podemos com muito trabalho, com um trabalho dinâmico, reduzir a sonegação a níveis toleráveis. Sonegar, é roubar e lugar de ladrão é atrás das grades. Por isso solicitamos o auxílio da Polícia Civil.

Vamos iniciar uma guerra contra os sonegadores de impostos, que atingirá seu ponto culminante no próximo ano. Teremos mais de cem funcionários mobilizados com rádios e viaturas da Polícia no combate ao sonegador".

Nem sequer faz referência se o sonegador é comerciante, industrial, liberal, autônomo ou seja quem for.

V. Exa. está "confundindo alhos com bugalhos". O que se pretendeu foi punir os culpados. E o Sr. Governador tem em mãos a relação de nomes, já com inquérito policial em andamento, de comerciantes, cerealistas, motoristas e funcionários da Fazenda coniventes com contrabando, com sonegação, com fabricação de notas frias e uma porção de atos ilegais que lesam o Fisco e, portanto, estão a lesar o Estado. São contraventores e, como tal, sujeitos aos rigores da Lei.

O que gostaria, Deputado Lúcio Machado, é de ter a inteligência de V. Exa. ao lado do Governo, porque Governo é povo, porque o que o Governo arrecada é para aplicar em favor de obras para que o povo do Paraná possa delas usufruir para viver um nível de vida melhor. Queria tê-lo ao lado de um Governo honesto que, através do combate à sonegação, pretende dispor do mínimo indispensável que é o dinheiro para a fazer escolas, como disse o Deputado Leopoldo Jacomel, construir estradas, hospitais, para atender às necessidades do povo do Paraná.

Desejava ver V. Exa. ao nosso lado - e sei que vou vê-lo digo tê-lo depois que V. Exa. analisar a fala do Governo e se convencer de que está cometendo uma injustiça. V. Exa. nos ajudará, ajudará o Governo, porque V. Exa. também é Governo. Porque Governo é povo e eu e V. Exa. somos povo.

Esta é a razão pela qual concordo com V. Exa. com o Deputado Jayme Carvalho também, para esta cruzada moralizadora contra os sonegadores e contra os ladrões, os funcionários ladrões também, que estão sendo identificados.

E nós estamos assistindo passivamente. E cobrar imposto de quem, Deputado. É preciso que todos nós nos apercebamos de uma coisa, quem o que o Sr. Governador deseja, é o que V. Exa. também deseja. Que haja o mínimo de sonegação, ele reconhece e por isso o que ele pretende é diminuir o índice desta sonegação hoje que é astronômica, pelo menos é o que se sabe pelos levantamentos que estão sendo feitos.

Muito obrigado Sr. Deputado. Não leve de minhas palavras nada que possa ter ofendido a integridade de V. Exa. que eu reconheço e admito. Mas, por favor, Deputado, V. Exa. reveja o conceito que faz da fala governamental, para verificar com

isenção de ânimo, que S. Exa. não deseja outra coisa, se não fazer do seu governo, o mais honesto possível.

O SR. LÚCIO MACHADO — Deputado Ivo Thomazoni, por mais que vossa astúcia queira fazer que possa sentir que cometa injustiça no momento em que afirmo e reafirmo que a notícia de demagógica é tendenciosa, fere totalmente a classe inteira por ser generalizada, eu não poderei mudar o meu pensamento.

Apenas gostaria de receber, para o conhecimento do Paraná, um comunicado nominal dos criminosos apontados por S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Gostaria que V. Exa. como representante do Governo nesta Casa, solicitasse o Governador, o mais depressa possível, desse a publicidade deste comunicado, a toda imprensa escrita, falada e televisionada deste Estado, dando o nome dos sonegadores, para que a classe honrada dos comerciantes deste Estado, não continue sendo prejudicada com esta notícia de caráter demagógico lançada pelo Sr. Governador do Estado.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento).

Nobre Deputado, entendi o que quis dizer V. Exa. depois que vi sua intenção, de certa forma, tumultuada. Resumiria a sua intenção em três aspectos. Parece-me que foi isso o que quis dizer V. Exa. Primeiro, V. Exa. verbara contra a generalização que faz o Governo do Estado entre o bom e o mau comerciante; e entre os comerciantes e os que estão a praticar crimes. V. Exa. defende, a laboriosa, a honesta, a digna classe dos comerciantes do Paraná. Parece-me que foi esse o primeiro ponto. O segundo, diz V. Exa. que está o Governo dos Município, do Estado e da Nação, e exercer uma pressão, a atirar uma carga tributária violenta e insustentável sobre os comerciantes. O terceiro ponto, pleiteia V. Exa. com razão, com visão e com muita sensibilidade, pleiteia V. Exa. um revigoramento da nossa economia, para que possa bem viver o comerciante do Paraná, e o povo do Paraná. Parecer que foi esse, um dos pontos mais tumultuados. Era o aparte.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, é exatamete esse o nosso pensamento.

Foi generalizada a denúncia, foi vilipendiada a honra de uma classe laboriosa.

Somos contra qualquer tipo, de sonegação.

Somos a favor de todo o governo que denuncia o sonegador. Mas, o governo deve ter a ombridade de nomear os criminosos. Jamais a autoridade pode generalizar atos cometidos por alguns como se fosse por toda a classe.

É por esse motivo a nossa contestação, porque, de a fato, o que ocorreu foi a violência de pronunciamento, de denúncia e de ataques aos comerciantes do Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento)

Deputado Lúcio Machado, inicialmente para dizer a V. Exa. que o Sr. Governador do Estado, e também o seu líder, nesta Casa, não cometerá a leviandade de publicar nomes de quaisquer homens que tenham, porventura, pretendido, através da sonegação, beneficiar-se. Não cabe a mim julgar, nem jogar os nomes à opinião pública paranaense...

O SR. LÚCIO MACHADO — Mas se essas pessoas cometeram delito...

O SR. IVO THOMAZONI — ...mas não cabe a mim denunciar. Daí indicar o caminho a V. Exa. a Delegacia de Crimes contra a Fazenda.

Lá V. Exa. terá toda a possibilidade de obter os nomes que deseja saber. E se V. Exa. julgar por bem, fará a divulgação desses nomes.

Eu não cometeria, com ninguém, mesmo com o maior dos criminosos, o que acho para mim, no meu entendimento, uma leviandade. Não nos cabe julgar ninguém, mas denunciar.

Neste episódio, estou com o Sr. Governador do Estado, totalmente, porque acho que este é o caminho certo.

Mas, por favor vá a Delegacia de Crimes contra a Fazenda, porque não tenho de ser secretário de V. Exa., e lá obtenha os nomes que deseja.

Nobre Deputado, existe também, na Procuradoria Geral da Fazenda, inúmeros processos que estão em fase de conclusão. V. Exa. identificará quem bem entender.

Era este o esclarecimento que desejava prestar a V. Exa. e agradecer os apertes que V. Exa. me concedeu.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, gostaria de dizer que estou de acordo com pensamentos de V. Exa. para ser agradável. Mas, infelizmente, vendo em V. Exa. um dos Deputados mais inteligentes desta Assembléia, como líder incontestado do Governo, não poderia ser outro o pensamento de V. Exa. a não ser que V. Exa. me prove o contrário, trazendo os nomes de quem pretendeu denunciar o Sr. Governador do Estado. Se assim não proceder o Sr. Governador, continuamos com o nosso pensamento, com o pensamento de que uma classe inteira, a classe dos comerciantes do Paraná, foi desrespeitada, foi vilipendiada.

O SR. PRESIDENTE — Consulta o Deputado Luiz Carlos Zuk se quer usar os 5 minutos que faltam para o término da hora do Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Perfeitamente Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — X Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente queríamos em nome dos nossos companheiros Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, encaminhar a essa Mesa Executiva, devido a nossa pouca permanência nesta tribuna e falta de tempo hábil, estes requerimentos.

O Deputado Fidelcino Tolentino, requer, a designação de uma comissão de Deputados desta Assembléia ao Encontro das Secretarias de Agricultura e à inauguração, nos próximos dias 12 e 13, em Cascavél, da Feira Industrial.

O Deputado Valter Pietrângelo, requer sejam encaminhados ofícios ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente do Banco Central, e ao Presidente do Banco do Brasil, com respeito e assistência a Terra Roxa e Barbosa Ferraz. E requer também seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado.

(São os seguintes os requerimentos apresentados da tribuna pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja designada uma Comissão de Deputados para representar o Poder Legislativo, no encontro do Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, que será realizado no dia 12 do corrente mês, em Cascavel, quando serão debatidos problemas atinentes à agricultura e planos de ação da Secretaria competente deste Estado, bem como nos atos de inauguração da “EXPOVEL” — Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial de Cascavel, com início dia 13 e prosseguindo até o dia 21 deste mês, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

“Senhor Presidente.

É drástica a situação em que se encontra o município de Barbosa Ferraz, completamente “ilhado” em relação ao resto do Estado, em consequência das trombas d’água ali registradas.

É aflitiva a situação daquela comunidade, isolada que se acha dos demais centros de seu relacionamento comercial e dos próprios municípios circunvizinhos.

Ainda ontem (10 de dezembro) recebi, em minha sala de trabalho nesta Assembléia, confirmações por parte de diversos habitantes daquele município, das dramáticas notícias veiculadas



pelos diversos órgãos de informação da Capital e do Interior do Paraná.

Saliento a destruição pelas águas, da ponte provisória estadual sobre o Rio Urural, isolando Barbosa Ferraz dos municípios de Fenix, Quinta do Sol até a saída do asfalto em Engenheiro Beltrão obrigando então os que dessa estrada necessitam, empreender extenso contorno por Campo Mourão ou Jandaia do Sul para atingir o município de Maringá. São óbvios os transtornos dessa calamidade. O abastecimento de Barbosa Ferraz encontra-se interceptado; o escoamento de produtos alimentícios está impedindo causando suas deteriorações; e os casos de emergência, a necessidade de transportes de doentes requerem providências imediatas de equacionamento.

Urge então, Senhor Presidente, que o Governador do Estado, determine de imediato, o envio de equipes para reparos das pontes e estrada agora completamente destruídas.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO."

"Senhor Presidente.

Tivemos a satisfação de, no final dessa semana, rever, em companhia de diversos colegas Deputados, representantes de várias regiões, o município de Terra Roxa, encravado no Oeste deste Estado.

Lá estivemos ainda em 1971, no exercício de atividades jornalísticas, ligado como estávamos à Folha de Londrina.

Terra Roxa é conhecida como "CIDADE SURPRESA", e realmente deslumbra quem lá aporta pela potencialidade de seu comércio, pelo seu contínuo crescimento demográfico, pela pujança de sua agro-pecuária, pela força de trabalho de sua heróica gente e pela união de suas autoridades representativas em torno da solução de seus problemas administrativos e na luta pela conquista de seus ideais.

O município de Terra Roxa possui área de oitocentos e dois quilômetros quadrados, cortada por 1.200 quilômetros de estradas municipais que concorrem para o escoamento de suas abundantes safras.

Terra Roxa, com apenas 15 anos de autonomia municipal, já abriga em seu território mais de 75.000 mil habitantes,

A economia do município está alicerçada na elevada produção de café, soja, amendoim, milho, trigo, feijão, algodão, arroz, sorgo e menta e a pecuária se faz presente com um rebanho bovino de 60 mil cabeças, salientando-se ainda significativa produção de madeira.

Para ilustrar a importância de Terra Roxa, no cenário paranaense, cumpre destacar seus 4143 cadastros de propriedades rurais. O território terraroxense possui já 10.351 alqueires paulistas de área mecanizada e 5.000 alqueires paulistas ocupados por cafeeiros.

Entretanto, Sr. Presidente, nobres colegas, Terra Roxa, a par de seu progresso e de sua participação no processo do enriquecimento do Paraná é servida por apenas duas agências

bancárias, saturadas por intenso movimento diuturno, incapacitadas de atenderem a enorme demanda dos que se valem de seus serviços.

Enormes filas formam-se às suas portas provocando como danosas consequências, incontáveis perdas de tempo aos dos que delas se valem, transtornando negócios e emperrando a celeridade do desenvolvimento do município.

Registre-se ainda o inconveniente das horas gastas no percurso até a agência do Banco do Brasil mais próxima, localizada em Guaira distanciada por 22 quilômetros de estradas de leito natural, intransitáveis nas épocas de chuva e poeirentas em tempo seco.

São dados, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que solidificam a justeza dessa reivindicação. Que o Banco do Brasil, na pessoa de seu presidente, tome conhecimento da potência do município de Terra Roxa; que envie técnicos para levantamento

"in loco" das riquezas daquela terra e convicção temos que a direção do BB não delongará a criação e a imediata instalação de uma agência dessa organização naquela cidade, para servir uma laboriosa e ordeira comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

O SR. LUIZ CARLOZ ZUK — Esperamos que estes requerimentos sejam ainda incluídos na Ordem do Dia dos Trabalhos de sessão de hoje.

O que nos traz, Sr. Deputado, a falar neste Grande Expediente, mesmo pela escassez de tempo, é relativamente ao atendimento do ilustre Presidente da República com respeito às reivindicações que foram feitas sobre os Direitos Autorais.

Para satisfação de toda a população brasileira vimos que o Diretor da Divisão de Censura Sr. Rogério Nunes, baixou Portaria ontem cancelando o Registro da Associação Brasileira de Compositores, Empresa de Direitos Autorais, tendo em vista irregularidades cometidas.

Lembramos ainda ao plenário que nós e outros Srs. Deputados encaminhamos a S. Exa. Diretor de Diversões Públicas e da Divisão de Censura um ofício comunicando que a Associação Brasileira de Compositores, que esse órgão vinha intimidando todos os clubes sociais do território brasileiro, assim como a todas as organizações comerciais. Além de intimidar vinha esse órgão ameaçando, como fez em Ponta Grossa, pelos jornais, que se as taxas de contribuição não fossem pagas, teriam a si as multas delegadas pela Divisão de Censura e pela Divisão de Diversões Públicas.

Hoje, para satisfação nossa, não poderíamos, como fizemos naquela oportunidade, deixar de reconhecer este ato do Governo Federal que, apesar de ser da alçada federal, o nosso pedido teve ressonância e eco na poluta posição do Sr. Rogério Nunes identificado com os nossos princípios, com os princípios do MDB e da ARENA, qual seja de dignidade e acima de tudo honestidade no desempenho da função pública.

Nesta ocasião, Sr. Presidente, gostaríamos que ficasse registrado nos Anais e na Ata dos nossos trabalhos um voto de congratulação e de regozijo ao eminente Diretor da Divisão de Censura, Sr. Rogério Nunes e ao Sr. Presidente da República, porque atos como estes dignificam a Nação brasileira e particularmente nós que fazemos parte de um Partido considerado de oposição, mas que faz oposição construtiva, Muito Obrigado.—  
(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

A Presidência anuncia a presença neste plenário, do Sr. Samuel Milleo, Prefeito Municipal de Pirai do Sul.

Sobre a Mesa, Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado,— Irá à CCJ.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 134/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 168/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Paranavaí, objetivando construção do aeroporto do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 135/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 182/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Mal. Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no

prédio do Ginásio Estadual daquele município. Parecer favorável da CCJ – APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 136/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 191/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Kaloré, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Abrahan Lincoln, daquele município. Parecer favorável da CCJ – APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 137/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 208/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Congonhinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ – APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 138/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 210/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Kaloré, objetivando construção do prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquela comuna. Parecer favorável da CCJ – APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 139/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 213/75, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco da sede daquele Município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 140/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 217/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Florai, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei 177/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 145/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado. Parecer favoráveis da CCJ e CF. – APROVADO.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 141/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 224/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e do Rio Grande do Norte, objetivando intercâmbio e Cooperação Técnica entre seus sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 142/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 229/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mariluz, objetivando a construção de quadra de esportes no terreno do Ginásio Estadual D. Bosco, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 143/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 236/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mirador, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Unidade Sanitária, do

referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 144/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N.º 241/75 que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Icaraima, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Parecer favorável da CCJ – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 145/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 242/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Miguel Dias, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 146/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 244/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Dois Vizinhos, objetivando execução de reparos em prédio de estabelecimentos de ensino daquele município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 147/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 245/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Ampére, objetivando reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da C.C.J. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 148/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 247/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio da Platina, objetivando reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Monte Real e o Grupo Escolar Dona Moralina Eleutério, na sede daquele Município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 149/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 249/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Ibatí, objetivando reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 150/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 251/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Curiuva, objetivando execução de reparos em prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 151/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 252/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio onde funciona a Escola Estadual de 1º Grau Bartolomeu Mitre, daquela comuna. Parecer favorável da CCJ. APROVADO, artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 152/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 256/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de



São Jerônimo da Serra, objetivando execução de reparos em prédios localizados na sede daquele município, conforme específica. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 153/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 257/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar José de Alencar, da sede daquele município.— Parecer favorável da CCJ.— APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 165/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 109/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública, instituída pela lei 5482 de 20-1-67. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. COM EMENDA. Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda. APROVADO, artigo por artigo. Em votação a Emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de ordem)

Sr. Presidente, aqui constam Projeto de Resolução 165 e Projeto de Lei 165, mas um é mensagem do Governo...

O SR. PRESIDENTE — Um é Projeto de Resolução, outro é Projeto de Lei.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu me equivoquei, reconheço.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda.— APROVADA.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 203/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 159/75, que nega aprovação ao Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Estado do Rio de Janeiro e o município de Cianorte, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA.— Rejeitado.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução Nº 203/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - É negada aprovação ao Termo de Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e o município de Cianorte, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Proposição nº 159/75**

**PARECER**

O Convênio firmado entre o Departamento de Trânsito Detran, e o município de Cianorte, objetiva implantar aquele município as normas exigidas pelo Código Nacional de Trânsito.

Em diligência verificada a requerimento do Relator, constatou-se por informação da própria Prefeitura Municipal de Cianorte, fls. 10, dos autos, que "o convênio" não foi cumprido e não está em execução.

Ora à Assembléia Legislativa se atribue a competência constitucional de apreciar tais convenios, daí a finalidade de estar tramitando nesta Casa a Mensagem Governamental.

Considerando pois que o convenio apesar de firmado em data de 10-10-74, portanto a mais de dezesseis meses, até a presente data não está em execução;

Considerando a Cláusula SEXTA do Convênio que reza para após 12 meses de planejamento serem colocadas em execução as atribuições das partes contratantes;

Para considerar finalmente que a rescisão do contrato está

prevista na Cláusula SÉTIMA, por inadimplemento de qualquer das partes, e, pela informação obtida junto a Municipalidade de Cianorte, o convênio ainda não entrou em execução, é de ser por tal fato, considerado rescindido de ambas as partes, valendo dizer, não poderá ter existência legal, por ferir um dos elementos essenciais do contrato que é o prazo, fixado livremente entre as partes.

Assim, opinamos pela não aprovação do presente convênio recomendado as partes interessadas, que se o desejarem e julgarem conveniente, poderão e deverão firmar novo documento, afim de que se elimine o insanável defeito de que se reveste o presente.

Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 154/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 249/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução número 154/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santo Antonio do Caiuá, objetivando-se a execução de reparos em prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Parecer à Proposição Nº 159/75.—**

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Santo Antônio do Caiuá, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do referido município.

Isto posto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 155/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 265/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de São Mateus do Sul, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da CCJ.—

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução Número 155/75**  
**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**Resolve:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de São Mateus do Sul, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Duque de Caxias e a Escola Rural de Estiva dos Vidal, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) Waldenício Barbalho - Presidente  
 a) Waldenício Barbalho - Relator

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição nº 265/75**

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 04 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de São Mateus do Sul, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Duque de Caxias e a Escola Rural dos Vidal, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

- a) Waldenício Barbalho - Presidente e Relator.

Encerrada a discussão - Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela Ordem)

Desculpe, Sr. Presidente, mas V. Exa. poderia me ilustrar, página 47. Não, item 23 da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - Foi rejeitado.

O SR. IVO THOMAZONI - Perfeito. Mas quer me parecer que, em se tratando de convênio em que se solicita desta Casa o referendado, e tendo emitido parecer contrário, e como tal vem para o plenário o Parecer da CCJ negando aprovação ao termo do convênio, negou-se, portanto, aprovação ao convênio, quero acreditar Sr. Presidente, que pura e simplesmente não poderíamos rejeitá-lo sem que tomemos outras providências, esta de ordem administrativa.

O SR. PRESIDENTE - Será enviado ao Poder Executivo para se reformular incorreções.

O SR. IVO THOMAZONI - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Porque é só isto, será enviado ao Poder Executivo para que sejam sanadas incorreções.

O SR. IVO THOMAZONI - Perfeito. Mas quer me parecer que, em se tratando de convênio em que se solicita desta Casa o referendado, e tendo emitido parecer contrário, e como tal vem para o plenário o Parecer da CCJ negando aprovação ao termo do convênio, negou-se, portanto, aprovação ao convênio, quero acreditar Sr. Presidente, que pura e simplesmente não poderíamos rejeitá-lo sem que tomemos outras providências, esta de ordem administrativa.

O SR. PRESIDENTE - Será enviado ao Poder Executivo para se reformular incorreções.

O SR. IVO THOMAZONI - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Porque é só isto, será enviado ao Poder Executivo para que sejam sanadas incorreções.  
 O SR. IVO THOMAZONI - Perfeitamente V. Exa. inversamente colocou a matéria. Votamos com o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e neste Parecer solicita providências no sentido de que devolva-se a Mensagem governamental, para que S. Exa. tome conhecimento do erro.

O SR. PRESIDENTE - Exatamente. Foi rejeitado o convênio.

O convênio tem incorreções. Será devolvido para que volte em termos.

Em votação. - APROVADO, o Projeto de Resolução 155/75.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 156/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 268/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santa Fé, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Mal. Arthur da Costa e Silca e o Ginásio Estadual de Santa Fé, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. - APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução nº 156/75 -**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Santa Fé, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Mal Arthur da Costa e Silva e o Ginásio Estadual de Santa Fé, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975

- a) Waldenício Barbalho - Presidente  
 Fabiano Braga Côrtes - Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição número 268/75. -**

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a Esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 11 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Santa Fé, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Mal Arthur da Costa e Silva e o Ginásio Estadual de Santa Fé, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) Waldenício Barbalho - Presidente  
 Fabiano Braga Côrtes - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 157/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 270/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Renascença, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ney Braga, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça****Projeto de Resolução Nº 157/75.****A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná****RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 27 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Renascença, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ney Braga, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça****Parecer à Proposição nº 270/75.—**

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado do Paraná, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 27 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Renascença, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ney Braga, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 158/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 273/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Imbituva, objetivando reparos em prédios que especifica.— Parecer favorável da CCJ — APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça****Projeto de Resolução 158/75****A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná****RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Imbituva, objetivando-se a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Higiene, o Grupo Escolar Francisco Ramos e a Escola de Aplicação Dr. Franco Valle, da sede daquele Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975,

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça****Parecer à Proposição número 273/75**

Através da Mensagem 79/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 11 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Imbituva, visando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Higiene, o Grupo Escolar Francisco Ramos e a Escola de Aplicação Dr. Franco Valle, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 159/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 276/75, que aprova Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, objetivando desenvolvimento em regime de colaboração na programação para o setor metal/mecânica da Região Sul, visando sua expansão e modernização. Parecer favorável da CCL.—

**Comissão de Constituição e Justiça****Projeto de Resolução Nº 159/75****A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná****RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Acordo 04/75, celebrado em 18 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, o Estado do Paraná, o Estado do Rio Grande do Sul e o Estado de Santa Catarina, objetivando o desenvolvimento, em regime de mútua colaboração, de uma programação para o setor metal/mecânica da região Sul, com vistas à sua expansão e modernização.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975

aa) Waldenício Barbalho - Presidente

Fabiano Braga Côrtes - Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça****Parecer à Proposição nº 276/75.—**

Acompanhado da Mensagem Governamental 80/75, de 10 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, o Acordo 04/75, celebrado em 18 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, o Estado do Paraná, o Estado do Rio Grande do Sul e o Estado de Santa Catarina, objetivando o desenvolvimento, em regime de mútua colaboração, de uma programação para o setor metal/mecânica da região sul, vistas à sua expansão e modernização.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

Em discussão.—

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem)

Sr. Presidente, solicito a chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. não prefere primeiro, em vez chamada nominal, uma verificação de votação? E neste caso, já na verificação de votação se constata a presença e se faltar número poderá verificar.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução 159/75, queiram levantar-se

Responderam 28 Srs. Deputados, Há quorum para votação.  
Aprovado, o Projeto de Resolução 159/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 160/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição, 279/75, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando colaboração financeira com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR - em cursos de treinamento. Parecer favorável da CCJ — APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução Nº 160/75.—**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio 25/75, celebrado em 5 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando a realização em colaboração financeira com a Fundação de Assistência aos municípios do Estado do Paraná. FAMEPAR, de dezoito cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1975.

- a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Proposição Número 279/75.—**

**PARECER.**

Acompanhado da Mensagem Governamental 33/75, de 10 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio 25/75, celebrado em 5 de setembro de 1975 entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Estado do Planejamento, objetivando a realização em colaboração financeira com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, de dezoito cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação, constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1975

- aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 161/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 282/75, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Colorado, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução nº 161/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 16

de Setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 28-12-73, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Colorado, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975.—

- aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Parecer à Proposição nº 282/75.—**

Acompanhado da Mensagem Governamental 86/75, de 10 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 16 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 28-12-73, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Colorado, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 1975.

- aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 162/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 228/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública do Interior com o município de Nova Esperança, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução nº 162/75.—**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 11 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975.

- aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente
- IVAN RÜPPEL — Relator

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Proposição Nº 228/75**

**PARECER.**

I - A presente Proposição, oriunda de Mensagem Governamental, visa submeter à apreciação desta Assembléia Legislativa, em obediência a dispositivos constitucionais, o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Esperança, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Celebrar Convênio é da competência do Senhor Governador, conforme dispõe a Constituição do Estado, ad referendo da Assembléia Legislativa, também por força de dispositivos constitucionais.

III - Em assim sendo, não encontramos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que possa obstar a livre tramitação da Proposição em exame nesta Casa de Leis, portanto nosso parecer é pela sua aprovação, obedecendo os termos do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO - Presidente  
IVAN RÜPPEL - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 163/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição 154/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, objetivando aumentar os meios de Radiocomunicação para defesa da ordem pública e Segurança paranaense. Parecer favorável da CCJ.-

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução Nº 163/75.-**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o termo de convênio celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, com o objetivo de aumentar os meios de Radiocomunicação para a defesa da ordem pública da família paranaense.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1975

aa) ACCIOLY NETO - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição Nº 134/75**

A presente Proposição, capeia a Mensagem Governamental 39/75, a qual encaminha para fins constitucionais, a cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, com o objetivo de aumentar os meios de Radiocomunicação para a defesa da ordem pública e segurança da família paranaense.

Sendo competência do Senhor Governador do Estado a celebração de Convênios ad referendum desta Assembléia Legislativa, conforme preceitua o Art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e verificando-se que os objetivos do mesmo veem de encontro aos interesses públicos, temos a nos manifestar favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) ACCIOLY NETO - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.  
Em discussão.-

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, neste Projeto de Resolução 163/75, não consegui descobrir o que significa, porquanto no artigo 1º diz:

"Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão, com o objetivo de aumentar os meios de radiocomunicação para a defesa da ordem pública paranaense".

Gostaria que V. Exa. me informasse o que é isto.

PAULO CAMARGO - O SR. PRESIDENTE -

A Mesa se sente constrangida até em esclarecer a V. Exa.

Os Projetos estão desde o início da sessão para serem estudados pelos Deputados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Não consegui entender o que seja. Não me sinto, portanto, em condições de deliberar.

Além disto o Projeto não tem justificativa.

O SR. PRESIDENTE - É um convênio do Estado com o Conselho Nacional da Faixa Cidadão. No Convênio não diz quais as finalidades.

O SR. FIDLECINO TOLENTINO - Acabo de ser informado pelo Deputado Enéas Faria que se trata de uma faixa relativa a rádio-amador. Confesso minha ignorância com relação a este problematécnico. Portanto, não poedria votar sem conhecer a metéria.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o Projeto de Resolução 163/75 - APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 165/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 179/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mal. Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Estadual Mal. Cândido Rondon, na sede do referido município.- Parecer favorável da CCJ.- APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução Nº 165/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Mal. Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Estadual Mal. Cândido Rondon, na sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO - Presidente  
DENI SCHWARTZ - Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição n.º 179/75.-**

Acompanhado da Mensagem Governamental 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Mal. Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Estadual Mal. Cândido Rondon, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO - Presidente  
DENI SCHWARTZ - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 166/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 188/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. APROVADO

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução Nº 166/75.—**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1.º Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição nº 188/75.—**

Acompanhado da Mensagem Governamental 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Carlos Gomes, da sede do referido município.

Cumpr o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 167/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 190/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Batista do Nascimento, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução nº 167/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Tomazina, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Batista do Nascimento, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição nº 190/75**

Acompanhado da Mensagem Governamental 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Tomazina, objetivando execução de reparos

no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antonio Batista do Nascimento, da sede do referido município.

Cumpr o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 168/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 200/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Vicente Machado, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução nº 168/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 3 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Vicente Machado, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição nº 200/75.—**

Acompanhado da Mensagem Governamental 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 3 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Vicente Machado, da sede do referido município.

Cumpr o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 169/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 205/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Presidente Kennedy, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução nº 169/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**



**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Presidente Kennedy, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição nº 205/75.—**

Acompanhado da Mensagem Governamental 49/75, de 25 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 11 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Presidente Kennedy da sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação, constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator.—

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 170/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 278/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando colaborar financeiramente com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução Nº 170/75.—**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de setembro de 1975, nº 24/75, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando colaborar financeiramente com a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná- FAMEPAR para a publicação, em conjunto de vinte e um modelos de leis municipais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975.—

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer à Proposição nº 278/75**

Acompanhado da Mensagem Governamental 82/75, de 10 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio 24/75, celebrado em 05 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado do Planejamento, objetivando colaborar financeiramente com a Fundação de Assistência aos municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR para a publicação, em conjunto, de vinte e um modelos de leis básicas municipais.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 171/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 283/75, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Paranacity, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Projeto de Resolução Nº 171/75.—**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 17 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Paranacity, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**  
**Parecer ao Proposição nº 283/75**

Acompanhado da Mensagem Governamental 87/75, de 10 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 17 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 10 de julho de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Paranacity, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 172/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 289/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando elaboração dos termos de referência para o Plano Micro-Regional

de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR. Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução nº 172/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convenio 30/75, celebrado em 18 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento, objetivando elaboração dos Termos de Referência para o Plano Micro-Regional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Parecer à Proposição 289/75.—**

Acompanhado da Mensagem Governamental 93/75, de 27 de outubro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio 30/75, celebrado em 18 de setembro de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Estado do Paraná através da Secretaria de Planejamento, objetivando elaboração dos Termos de Referência para o Planejamento Micro-Regional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.—

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 178/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 146/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cecília Meirelles, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ.— APROVADO.

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução nº 178/75 —**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de junho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cecília Meirelles, da sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975

aa) Accioly Neto - Presidente  
Nilso Sguarezi - Relator

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Parecer à Proposição nº 146/75**

A presente Proposição, oriunda da Mensagem Governamental 46/75, visa o referendo desta Casa ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com

o município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Cecília Meirelles, da sede daquele município.

Constitucionalmente, a celebração de convênios é matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Quanto as finalidades, temos que as mesmas atende aos interesses do Estado e do aludido Município.

Assim, o nosso parecer é favorável, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 170/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 156/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Cantú, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, da sede do referido Município Parecer favorável da CCJ.— APROVADO

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Projeto de Resolução nº 179/75**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Nova Cantú, objetivando a execução das melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975

aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
WALDENICIO BARBALHO — Relator

**Comissão de Constituição e Justiça**

**Parecer Proposição Nº 156/75**

Acompanhado da Mensagem Governamental 55/75, de 4 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Nova Cantu, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa da sede daquele Município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam de aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975

aa) WALDENICIO BARBALHO — Relator  
ACCIOLY NETTO — Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente 3e, solicitando voto de louvor ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Theodócio Jorge Atherino, pelo trabalho e dedicação, que nesta data entrega à coletividade brasileira, mais 175 médicos, com seus pergaminhos já registrados- APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Baltazar Elbl Filho, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Joao Ricardo Von Borell Du Vernay APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 23º aniversário de instalação do município de Alvorada do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, para que estudem de imediato, a instalação de um armazém da CIBRA-ZEM, na Comarca de Iporã. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal, pela criação da Superintendência da RFFA, com sede em Curitiba. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, lido da tribuna, pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de envio de equipe reparadora de pontes e estradas para a imediata religação do município de Barbosa Ferraz, com os demais centros. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, lido da tribuna, pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Presidente do Banco do Brasil S/A., e Banco Central, enfatizando a necessidade da urgente instalação de agência do Banco do Brasil, na cidade de Terra Roxa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando a designação de Comissão de Srs. Deputados, para representar este Poder Legislativo, no

encontro do Ministério da Agricultura, e Secretário da Agricultura, quando serão debatidos problemas atinentes à Agricultura e planos de ação da Secretaria competente deste Estado, bem como nos atos de inauguração da EXPOVEL com início dia 13, na cidade de Cascavel. — APROVADO.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, Já estamos com a matéria da Ordem do Dia votada.

Solicitaria a V. Exa. a possibilidade de incluir para a próxima sessão, o Projeto de Lei nº 151/75, que depois de aprovado em segunda discussão, saiu da Ordem do Dia, por deliberação da Presidência e V. Exa. estava ausente desta Casa, é o Projeto de Lei que trata da concessão de empréstimos e avais...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa já determinou a inclusão do Projeto de Lei para a sessão de 2ª feira.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

O nobre líder do Governo, havia feito assim um consenso de cavalheiro, para que este projeto ficasse afastado por três sessões, é só para lembrar, o nobre líder do Governo. Então fica para 2ª feira e nós estamos de acordo.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Sabendo que hoje V. Exa. urge a Ordem do Dia para segunda-feira, cumprindo o compromisso de cavalheiro, será anunciada amanhã para a sessão de segunda-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em anteção ao requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, a Mesa designa os Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Werner Wanderer e Aragão de Mattos Lêão, para comporem a referida comissão, sem ônus para esta Assembléia.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.